

Vidigal: 'Crise é a mais grave'

"Após dois anos de recessão, quando supúnhamos já ter atingido o fundo do poço, somos obrigados a enfrentar a dura realidade de ter que superar a mais grave crise cambial que o País enfrenta desde os anos 30", afirmou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, em almoço com a imprensa.

"Quando vemos o Brasil bater às portas do FMI" — acentuou — "sufocado nas graves dificuldades do seu balanço de pagamentos, o que estamos assistindo, na verdade, são as consequências da desordem incontrolável a que foi submetido o universo econômico do qual fazemos parte."

"Fala-se muito nos erros que teríamos cometido na administração da nossa política econômica, erros que todos reconhecemos, mas, mesmo na ausência deles, o Brasil iria enfrentar de qualquer maneira uma situação bastante crítica de balanço de pagamentos em 1982, em face das proporções dos choques externos a que fomos submetidos nos últimos anos, principalmente no período 1979 para cá" — afirmou Vidigal.

"O próprio modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil, determinando crescente internacionalização da nossa economia, incumbiu-se de estreitar os laços da nossa solidariedade com o desastre a nível mundial", acrescentou.

Em seguida, Vidigal disse: "Se é para achar culpados, prefiro ficar com o nosso brilhante professor Roberto Campos, que em recente entrevista publicada nos jornais de São Paulo, afirmou: 'Não adianta exercitarmo-nos no esporte de atribuir a culpa da atual crise econômica do País a um ou outro. Nós todos somos culpados, principalmente porque não nos ajustamos à crise do petróleo na hora certa'".

"Agora, não há como fugir, não há fórmulas mágicas, nem mesmo o famoso jeitinho brasileiro vai funcionar — o Brasil tem de encontrar a saída para os seus problemas dentro do precário sistema existente, pois estamos vivendo as contingências de curto prazo, quando não se fala mais em anos, mas sim em meses ou mesmo em dias", observou o presidente da Fiesp.

Vidigal falou sobre a conta-petróleo, os juros, o comércio internacional, o protecionismo e o endividamento. "Como reflexo da questão da Polônia, da crise do México, da Argentina e da guerra das Malvinas, tivemos de amparar a crescente reticência dos banqueiros internacionais em relação ao financiamento e *roll-over* da dívida externa brasileira", disse ainda o presidente da Fiesp.

Para Vidigal, portanto, não é de "causar espécie o resultado final deste processo: a impossibilidade física de manter o ritmo passado de desenvolvimento com endividamento externo e, por consequência, a ida ao FMI em busca de socorro financeiro".

POSIÇÃO DA INDÚSTRIA

Sobre a posição da indústria diante desse fato, Vidigal disse que, de um lado, "temos claro o constrangimento político e econômico que representa o pedido de auxílio financeiro ao FMI nas atuais circunstâncias. De outro lado, também temos claro que: o Brasil é um país soberano e como tal saberá impor nossos interesses na rodada de negociações que ora enceta com o FMI e a comunidade financeira internacional".

"O clima de austeridade que presidirá a condução dos negócios nos próximos anos é antes de tudo uma imposição advinda da profunda escassez de moeda estrangeira que hoje enfrentamos, independentemente da presença ou não do FMI." Diante desse quadro, Vidigal afirmou que não basta apenas trabalhar, mas que o trabalho deve resultar o aumento das exportações, para o pagamento dos compromissos externos.

Isso pressupõe a expansão dos países ricos e outra resultante de trabalhar mais tem de ser um plano coerente de substituição de importações, observou.

Esta — afirmou — requer maior entrosamento entre a iniciativa privada e governo para identificar e então estimular a produção interna daquilo que efetivamente possa substituir importações. Além disso, Vidigal pediu uma "política de juro real adequada" às necessidades de sobrevivência e expansão da indústria brasileira; uma política monetária e creditícia mais realista e independente das fontes externas de financiamento, praticamente fechadas para o setor privado desde a guerra das Falklands; uma política fiscal coerente que elimine gradualmente os subsídios.

A política de eliminação dos subsídios — ressaltou — não deve, porém, asfixiar a empresa privada nacional. "Precisamos de uma política salarial socialmente justa para o trabalhador, menos danosa para o empregador e aritmeticamente mais correta", disse ainda Vidigal. Segundo o presidente da Fiesp, o momento é de austeridade e muito trabalho, mas ressaltou: "Não temos condições de aceitar novos sacrifícios que possam comprometer o futuro industrial do Brasil". O empresário elogiou ainda o processo de abertura política do presidente Figueiredo, que presidiu "com isenção a mais importante eleição deste país".

MINDLIN

O empresário José Mindlin, diretor da Fiesp, afirmou "que não está fácil prever as coisas no curto prazo. Existe uma total perplexidade quanto ao futuro, o que nos impede de planejar, pois não sabemos se haverá ou não recessão econômica, o que provoca substancial redução nos investimentos".

Mindlin sugeriu que o governo examine a hipótese de os recursos do Finsocial serem utilizados como base para a instituição de um auxílio-desemprego. "A atual situação é transitória e, ultrapassada a fase da crise, esses recursos poderiam ser canalizados para outros setores."